

O financiamento público ao atleta paralímpico no Brasil: o Programa Bolsa-Atleta estimula a permanência e a melhoria dos resultados esportivos?

Public funding for Paralympic athletes in Brazil: does the “Bolsa-Atleta” Program encourage the permanence and improve sport results?

Financiamiento público para deportistas paralímpicos en Brasil: ¿el programa “Bolsa-Atleta” fomenta la permanencia y mejora los resultados deportivos?

Recebido: 07/12/2020 | Revisado: 14/12/2020 | Aceito: 15/12/2020 | Publicado: 18/12/2020

Philipe Rocha de Camargo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1853-9632>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: philipe_camargo@hotmail.com

Thiago de Oliveira Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2515-1852>

Universidade Europeia, Portugal

E-mail: thiago_os@hotmail.com

Amanda Paola Velasco de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5519-8275>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: amandavelasco.18@gmail.com

André Marsiglia Quaranta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9112-9683>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: andrequaranta@gmail.com

Fernando Marinho Mezzadri

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8601-5227>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: fmezzadri@uol.com.br

Resumo

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 aumentou as preocupações do Governo com os resultados esportivos e estimulou um expressivo aumento nos investimentos públicos ao esporte. Embora historicamente o financiamento público seja a principal fonte de

recursos do esporte brasileiro, o Programa Bolsa-Atleta se tornou a principal fonte de renda dos atletas paralímpicos. O objetivo desse estudo foi discutir se o financiamento através do Programa Bolsa-Atleta influencia na manutenção ou na melhoria dos resultados esportivos dos atletas paralímpicos inseridos no Programa, e se fatores como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência do atleta no Programa. Para isso, verificou-se, por meio da regressão linear múltipla, se variáveis como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência e da evolução do atleta no esporte. Os dados apontaram uma relação entre o valor do financiamento e, em alguns casos, a idade de inserção no programa com a permanência e evolução no esporte de elite. Quanto maior o valor da bolsa, maior o tempo de permanência e maiores as possibilidades de obtenção de resultado esportivo.

Palavras-chave: Política para o esporte; Esporte de elite; Apoio ao atleta; Esporte paralímpico.

Abstract

The holding of the Rio 2016 Olympic and Paralympic Games increased the Government's concerns about sports results and stimulated a significant increase in public investments in sport. Although public funding has historically been the main source of funds for Brazilian sport, the Bolsa-Atleta Program has become the main source of income for Paralympic athletes. The objective of this study was to discuss whether funding through the “Bolsa-Atleta” Program influences the maintenance and improvement of sport results of Brazilian Paralympic athletes inserted within the program or not. Variables such as funding, sex, athlete's initial grant, age at which the athlete began to receive a grant, and birthplace will be analysed as possible predictors of athletes' permanence in the program. For this, it was verified, by means of multiple linear regression, whether variables such as funding, gender, athlete's initial grant, age at which he started receiving grant and place of birth are predictors of the athlete's permanence and evolution in the sport. The data pointed out a relationship between the value of the financing and, in some cases, the age of insertion in the program with the permanence and evolution in the elite sport. The higher the value of the grant, the longer the stay and the greater the chances of obtaining a sports result.

Keywords: Sport policy; Elite sport; Athlete support; Paralympic sport.

Resumen

La celebración de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos de Río 2016 aumentó la preocupación del Gobierno por los resultados deportivos y estimuló un aumento significativo de las inversiones públicas en el deporte. Si bien la financiación pública ha sido históricamente la principal fuente de financiación del deporte brasileño, el Programa Bolsa-Atleta se ha convertido en la principal fuente de ingresos de los deportistas paralímpicos. El objetivo de este estudio fue discutir si la financiación a través del Programa “Bolsa-Atleta” influye en el mantenimiento y mejora de los resultados deportivos de los atletas paralímpicos brasileños insertados en el programa o no. Se analizarán variables como la financiación, el sexo, la subvención inicial del deportista, la edad a la que el deportista comenzó a recibir una subvención y el lugar de nacimiento como posibles predictores de la permanencia de los deportistas en el programa. Para ello, se verificó, mediante regresión lineal múltiple, si variables como el financiamiento, el género, la beca inicial del deportista, la edad en la que comenzó a recibir la beca y el lugar de nacimiento son predictores de la permanencia y evolución del deportista en el mundo. deporte. Los datos apuntaban una relación entre el valor de la financiación y, en algunos casos, la edad de inserción en el programa con la permanencia y evolución en el deporte de élite. Cuanto mayor sea el valor de la beca, mayor será la estancia y mayores las posibilidades de obtener un resultado deportivo.

Palabras clave: Política deportiva; Deporte de élite; Apoyo al atleta; Deporte paralímpico.

1. Introdução

O Brasil esteve em evidência no cenário esportivo internacional, nos últimos anos, com a realização de megaeventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016. A inserção desses megaeventos na agenda política esportiva brasileira gerou tanto uma maior visibilidade junto aos veículos midiáticos, quanto o aumento nas preocupações do Governo com os resultados esportivos esperados para o evento. Essas questões estimularam um expressivo aumento nos investimentos ao esporte, principalmente de origem governamental.

Embora o esporte brasileiro seja historicamente financiado pelo Estado (Godoy, 2013; Starepravo, 2011), é a partir dos anos 2000, pelo aumento da visibilidade midiática internacional, que as preocupações com os assuntos relacionados ao esporte passam a se inserir mais expressivamente na agenda política brasileira. Diversas ações governamentais foram implementadas para canalizar recursos para o esporte que beneficiaram relevantemente o esporte de elite. Tais ações se concretizaram em forma de Leis de incentivos fiscais, Leis para

repasses de recursos às instituições de administração do esporte, convênios entre o Ministério do Esporte e organizações esportivas e a implementação de um programa de concessão de bolsas aos atletas. Tais ações objetivaram, dentre outras coisas, o alcance de bons resultados esportivos que possibilitassem a inserção do Brasil entre as principais potências esportivas mundiais.

Assim como o esporte olímpico, o esporte paralímpico contou com um relevante aumento nos recursos financeiros captados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e que foram direcionados para o desenvolvimento do esporte de elite (Furtado, 2017; Reis et al., 2017). O Governo Federal teve um papel fundamental nesse processo, já que as políticas de financiamento, criadas a partir dos anos 2000, foram as principais fontes de recursos do esporte paralímpico (Reis, 2014).

A relação entre o Estado e o esporte tem sido amplamente observada pela comunidade científica ao longo dos últimos anos (De Bosscher et al., 2006; Grix & Carmichael, 2012; Houlihan, 1997; Houlihan & Green, 2008), e tem sido considerada uma característica no processo de convergência das políticas esportivas, em que países tendem a se inspirar em políticas esportivas transnacionais, na busca pelo sucesso esportivo (De Bosscher, 2016; De Bosscher et al., 2015; Houlihan, 2012).

No Brasil, essa atuação política, no desenvolvimento de ações que impulsionem a preparação esportiva, tem acompanhado a tendência internacional e gerado um crescente interesse da comunidade científica em estudar a relação entre o Estado e o esporte (Almeida & Marchi Júnior, 2012; Corrêa et al., 2014; Reis, 2014; Starepravo et al., 2015).

Embora o papel do Estado seja amplo em toda a relação com o financiamento esportivo brasileiro, no contexto paralímpico a dependência dos recursos públicos é acentuada. Além do importante papel que o financiamento público possui para a manutenção das atividades nas federações esportivas por meio das políticas que beneficiam o CPB, os atletas com deficiência são amplamente dependentes do programa de bolsas criado pelo Governo Federal, o Programa Bolsa-Atleta (Reis, 2014).

Essa dependência está relacionada ao fato de que, no Brasil, a visibilidade publicitária do esporte paralímpico é ainda menor do que do esporte olímpico. Um extenso número de atletas com deficiência não possui patrocínios e sem o benefício do Governo Federal esses atletas possivelmente não estariam inseridos no esporte competitivo. Para a maioria dos atletas paralímpicos, em fase de especialização, o Programa Bolsa-Atleta (PBA) é a principal fonte de renda (Reis, 2014).

O PBA foi criado em 2004, com o objetivo de propiciar condições para que atletas

brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e competições, possibilitando que estes mantenham e melhorem os seus níveis competitivos (Brasil, 2004). Todavia, com a iminência dos Jogos Rio 2016 e com a atmosfera de preparação do país para receber o evento, o Programa sofreu alterações tanto em relação ao número de bolsas oferecidas, quanto em relação aos valores de pagamento em cada uma das categorias de bolsa (Brasil, 2016; Exposição de Motivos No 00023/2010, 2010). Tais alterações elevaram a representação do Estado frente ao financiamento ao esporte brasileiro, especialmente em relação aos atletas paralímpicos.

Informações divulgadas pelo Ministério do Esporte (ME) demonstram a abrangência do programa brasileiro e o importante papel das políticas públicas para o esporte de elite no cenário esportivo brasileiro. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério, entre 2005 e 2017 o programa concedeu 11.747 bolsas à um total de 3.556 atletas (Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva, 2020). Ainda de acordo com o ME, dos 289 atletas que compuseram a delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, 262 (90,6%) foram beneficiados pelo PBA (Brasil. Ministério do Esporte, 2016a). Em outra nota, o ME destaca que 98% dos medalhistas paralímpicos da edição Rio 2016 eram atletas atendidos pelo programa (Brasil. Ministério do Esporte, 2016b).

Além de fazer parte do rol das políticas para o esporte que financiam e condicionam o desenvolvimento do esporte de elite no Brasil – no qual o setor privado não possui expressividade de financiamento (Almeida & Marchi Júnior, 2011) – o Bolsa-Atleta é a única política de financiamento direto ao atleta. A única intervenção das entidades de administração do esporte ocorre em oficializar e atestar os resultados esportivos dos atletas (Camargo, 2016; Corrêa, 2016). Para Reis (2014), essa peculiaridade do programa, associada ao fato de o esporte paralímpico não possuir o mesmo potencial de atração de apoios e patrocínios, tende a justificar o benefício como a principal fonte de renda dos atletas paralímpicos no Brasil. Para o autor, além de o programa se caracterizar como uma fonte de renda única para muitos atletas paralímpicos, o Bolsa-Atleta também acaba por se tornar um estímulo para que eles se mantenham em níveis de alto rendimento.

Há algum tempo a literatura internacional vem indicando a importância do financiamento ao atleta como um dos fatores facilitadores e condicionantes para obtenção do sucesso na carreira esportiva (De Bosscher et al., 2015; Stambulova & Wylleman, 2014). Embora políticas como o PBA tem aumentado ao redor do mundo, os investimentos realizados pelos governos parecem não ser suficientes para permitir que os atletas se dediquem exclusivamente para a preparação esportiva (Houlihan & Green, 2008).

De acordo com sua proposta em Lei, o propósito do PBA é subsidiar financeiramente

os atletas, para que eles tenham condições de se dedicar integralmente aos treinamentos, possibilitando que eles mantenham e melhorem os níveis de competitividade (Brasil, 2003; Camargo, 2016; Souza, 2009). Todavia, poucos estudos têm analisado e discutido estas questões acerca do programa brasileiro, principalmente no contexto do esporte paralímpico.

Assim, a investigação a respeito dos atletas paralímpicos e o Programa Bolsa-Atleta é fundamental para compreender a política de suporte ao atleta paralímpico no Brasil e, a partir de suas características, se o programa tem assegurado este suporte de maneira contínua ou perene, estimulando, paralelamente, a melhoria dos resultados esportivos dos atletas brasileiros. Nesse sentido, o objetivo desta investigação é discutir se o financiamento através do Programa Bolsa-Atleta influencia na manutenção ou na melhoria dos resultados esportivos dos atletas paralímpicos inseridos no Programa, e se fatores como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência do atleta no Programa.

2. Metodologia

Esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma estratégia de pesquisa mista, em que foram associados os aspectos da pesquisa qualitativa com os de uma pesquisa quantitativa (Moreira & Caleffe, 2006; Pereira et al., 2018). Para cumprir com o objetivo desse estudo, esta investigação foi desenvolvida em dois passos. O primeiro, referente à caracterização, objetivou apontar questões relativas à distribuição de bolsas entre os atletas paralímpicos brasileiros e apresentar as características de duração e de progressão do benefício dos atletas nas categorias de bolsas. No segundo passo, recorreu-se à análise por meio da regressão linear múltipla (stepwise) para verificar se o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência do atleta no programa, refletindo no total de bolsas que ele recebeu ao longo do ciclo paralímpico. Foram verificados os pressupostos da regressão linear como a independência dos resíduos (teste de Durbin-Watson, valores entre 1.5 e 2.5), a ausência de multicolinearidade (valor de VIF<10), a ausência de outlier (estatísticas do resíduo valores entre -3.0 e +3.0), distribuição normal dos resíduos (analisado graficamente através do histograma de regressão dos resíduos padronizados e gráfico P-P plot), homocedasticidade e linearidade entre as variáveis (analisado graficamente através do scatterplot).

Para tal análise, pressupôs-se a necessidade de selecionar apenas os atletas que obtiveram resultados esportivos e, conseqüentemente, bolsas ininterruptas ao longo do período.

Deste modo, a amostra para este passo do estudo consistiu em atletas paralímpicos que receberam bolsas ininterruptamente ao longo dos ciclos paralímpicos de 2005 a 2008 (N=118), 2009 a 2012 (N=373) e 2013 a 2016 (N=319), em todas as categorias de bolsa do Programa Bolsa-Atleta (i.e. Bolsa Estudantil, Bolsa Nacional, Bolsa Internacional, Bolsa Olímpica e Bolsa Pódio).

Os dados foram coletados por meio de listas de atletas contemplados, divulgadas no site do então Ministério do Esporte, publicadas no Diário Oficial da União e catalogadas em banco de dados contendo dados sobre os valores investidos nos atletas no período.

Participantes

Os participantes desta investigação foram os 3.356 atletas vinculados a esportes paralímpicos que, entre 2005 e 2017, foram beneficiados pelo Bolsa-Atleta e estiveram distribuídos entre as cinco categorias do programa:

A. Bolsa Base: destinada à atletas entre 14 e 20 anos, que obtiveram até a terceira colocação ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas em competições para as categorias de base. Valor anual do financiamento: U\$ 1,200.

B. Bolsa Estudantil: destinada à atletas entre 14 e 20 anos que obtiveram até a terceira colocação ou que tenham sido eleitos entre os seis melhores atletas de eventos nacionais estudantis; Valor anual do financiamento: U\$ 1,200.

C. Bolsa Nacional: destinada à atletas que obtiveram até a terceira colocação na principal competição nacional ou que integrem o ranking nacional do seu esporte; Valor anual do financiamento: U\$ 3,000.

D. Bolsa Internacional: destinada à atletas que tenham integrado a equipe brasileira em competições continentais e mundiais e que obtiveram até a terceira colocação; Valor anual do financiamento: U\$ 6,000.

E. Bolsa Olímpica: destinada à atletas que tenham integrado as delegações olímpicas/paralímpicas brasileiras. Valor anual do financiamento: U\$ 10,000.

3. Resultados

3.1 Passo 01 – Caracterização dos atletas paralímpicos do programa bolsa atleta no período de 2005 a 2017.

Durante o período entre 2005 e 2017, o Programa Bolsa-Atleta investiu U\$ 54.236.723,67 em 3.356 atletas paralímpicos brasileiros por meio de 11.747 bolsas. Destas, 7.852 bolsas foram recebidas por atletas do sexo masculino e 3.895 por atletas do sexo feminino. As bolsas estiveram concentradas principalmente na categoria Bolsa Nacional (n = 8.264; 70.3%).

Os dados apontaram o Ciclo 2013-2016 como o de maior investimento de recursos. Nesse ciclo, o valor aplicado no financiamento aos atletas paralímpicos chegou a \$ 21.02 milhões de dólares. Nos demais ciclos, 2005-2008 e 2009-2012, o financiamento somou U\$ 7.87 milhões e U\$ 19.80 milhões, respectivamente.

A média de idade dos atletas beneficiados foi de 30,3 anos. Nas categorias Bolsa Base e Bolsa Estudantil, em que a idade máxima permitida para o recebimento do subsídio é de 20 anos, a média de idade foi de 16.5 anos (dp=2.38). Embora haja alguns atletas ainda jovens nas categorias Bolsa Nacional, Bolsa Internacional e Bolsa Olímpica/Paralímpica, essas categorias são formadas por atletas mais maduros. Nessas categorias, as médias de idade foram de 32.2 (dp=9.59), 31.6 (dp=10.5) e 32.8 (dp=7.6) anos, respectivamente. Todavia, 182 bolsas na categoria Bolsa Internacional (14.9%), 965 na categoria Bolsa Nacional (11.7%) e 30 na categoria Bolsa Olímpica/Paralímpica (2.3%) foram concedidas a atletas que possuíam idade entre 14 e 20 anos.

Tabela 1 - Apresenta as características gerais de distribuição de bolsas no período.

<i>Distribuição por Categorias, número de bolsas e volume de recursos investidos por ano</i>														
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	%
Base										1	3		1	0,04%
Estudantil	1	1	34	26		92	85	81	76	139	138	81	177	7,93%
Nacional	169	64	432	570	617	816	824	762	831	913	814	550	902	70,35%
Internacional	24	86	22	115	26	89	83	140	55	160	229	136	54	10,38%
Olímpica/Paralímpica	61	63	60	70	142	117	142	124	158	97	94	75	125	11,31%
Total de bolsas	255	214	548	781	785	1114	1134	1107	1120	1310	1278	842	1259	100%
<i>Volume de Recursos por ano (em milhões U\$)</i>	1,25	1,34	2,08	3,20	3,45	5,27	5,55	5,53	5,50	5,94	6,04	3,54	5,55	54,24

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os atletas investigados por esse estudo (n=3.556), 146 competiram e receberam bolsas por mais de um esporte, totalizando 296 bolsas no período. Desses, 4 competiram por três diferentes esportes no período. O maior índice de recrutamento de atletas ocorreu com o Atletismo, em que 75 competidores estiveram vinculados a outros esportes. 20 dos 22 esportes paralímpicos presentes na edição dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 apresentaram atletas que competiram e foram financiados por mais de um esporte: Atletismo, Natação, Goalball, Tênis de Mesa, futebol de 5, Basquete em Cadeira de Rodas, Triatlon, Ciclismo, Halterofilismo, Judô, Rugby em Cadeira de Rodas, Tênis em Cadeira de Rodas, Bocha, Remo, Voleibol Sentado, Tiro com Arco, Esgrima em Cadeira de Rodas, Hipismo, Canoagem e Tiro Esportivo. Apenas a Vela e o Futebol de 7 não apresentaram atletas que estiveram vinculados a outros esportes.

Em relação aos jovens atletas brasileiros, eles estiveram inseridos majoritariamente na categoria Bolsa Estudantil (931 atletas). Na categoria Bolsa Base, foram identificados apenas 5 atletas (um deles ingressou em 2017). Esse número não representou sequer um décimo percentual no total de bolsas concedidas.

Tabela 2 - Apresenta as características gerais de distribuição, permanência no programa e progressão entre as categorias de bolsas no período.

<i>Atleta por Categoria de ingresso e permanência no Bolsa-Atleta</i>			
<i>Ingresso pela categoria</i>	<i>2005-2017</i>	<i>Abandonaram após o 1º ano (entre 2005-2016)</i>	<i>Permaneceram 2 anos ou mais (entre 2005-2017)</i>
<i>Base</i>	5	4	-
<i>Estudantil</i>	681	221	300
<i>Nacional</i>	2686	625	1840
<i>Internacional</i>	115	62	49
<i>Olímpica/Paralímpica</i>	69	2	60
TOTAL	3556	914	2249

Permanência no Programa

Atletas beneficiados ininterruptamente no Bolsa-Atleta – entre os que ingressaram até 2016

<i>Ingresso pela categoria</i>	<i>Ciclo 2005-2008</i>	<i>Ciclo 2009-2012</i>	<i>Ciclo 2013-2016</i>	<i>Todo o período 2005 a 2016</i>
<i>Base</i>	-	-	-	-
<i>Estudantil</i>	-	-	9	-
<i>Nacional</i>	61	265	203	10
<i>Internacional</i>	9	15	29	7
<i>Olímpica/Paralímpica</i>	48	93	78	12
TOTAL	118	373	319	29

Progressão entre as Categorias de Bolsas – entre os que ingressaram até 2016

<i>Categoria Inicial</i>	<i>Categoria Final</i>	<i>Atletas</i>	<i>%</i>
Base	Nacional	0	-
Base	Internacional	0	-
Base	Olímpica/Paralímpica	0	-
Estudantil	Nacional	111	21,31%
Estudantil	Internacional	40	7,68%
Estudantil	Olímpica/Paralímpica	7	1,34%
Nacional	Internacional	406	16,60%
Nacional	Olímpica/Paralímpica	243	9,93%
Internacional	Olímpica/Paralímpica	29	26,13%
TOTAL BOLSAS MIGRADAS		836	26,43%

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a permanência no programa, 914 atletas não mantiveram os resultados esportivos e/ou abandonaram o esporte competitivo, permanecendo por apenas um ano. As maiores taxas de abandono foram identificadas nas categorias de formação. Todos os atletas que ingressaram pela Bolsa Base abandonaram após o primeiro ano de recebimento do benefício. Entre os atletas que se inseriram pela Bolsa Estudantil, essa taxa chegou a 42.42%.

A maior taxa de permanência foi identificada entre os atletas que ingressaram no programa diretamente pela categoria Bolsa Olímpica/Paralímpica (60 atletas). Entre esses atletas, o percentual de permanência no programa foi de 96.77%. Em todo o período, apenas 2 atletas nessa categoria abandonaram o programa após o primeiro ano. A segunda maior taxa de permanência ocorreu na categoria Bolsa Nacional, em que 74.65% dos atletas (1.840) mantiveram ou melhoraram os resultados competitivos.

Dos 2.249 atletas que mantiveram os níveis competitivos por mais de um ano, apenas 836 (37.17%) apresentaram melhoria nos resultados esportivos tendo, conseqüentemente, progredido entre as categorias de bolsa no programa. Se considerados os 3.204 atletas que ingressaram no programa entre 2005 e 2016, o percentual de progressão ou melhoria nos resultados esportivos se reduz para 26.43% (836 atletas).

Embora em menor número no programa, os atletas que ingressaram pela categoria Bolsa Estudantil tiveram a maior taxa de progressão entre as categorias. 30.33% (158 atletas) desses atletas conseguiram melhorar os resultados esportivos e foram beneficiados, nos anos posteriores, pelas demais categorias do programa. Todavia, apenas 7 deles (1.34%) chegaram a compor as delegações brasileiras em alguma edição dos Jogos Paralímpicos no período.

649 (26.53%) atletas da categoria Bolsa Nacional migraram para as demais categorias, todavia apenas 9.93% (243 atletas) chegaram aos Jogos Paralímpicos. Entre os atletas beneficiados pela Bolsa Internacional, 29 (26.13%) integraram a delegação brasileira em Jogos Paralímpicos e receberam pela respectiva categoria. Como mencionado, os atletas que ingressaram no programa pela Bolsa Base (4) não permaneceram no programa por mais de um ano.

Embora o número de atletas beneficiados por mais de duas bolsas tenha chegado a 2.249, a maioria deles apresentou interrupções entre os anos de beneficiamento. Incluem-se nessa situação os 836 atletas que obtiveram melhoria nos resultados esportivos. No período entre 2005 e 2017, apenas 29 atletas (0.9%) mantiveram o benefício ininterruptamente.

3.2 Passo 02 – Análise dos preditores da permanência dos atletas no Programa Bolsa Atleta nos ciclos paralímpicos.

Os dados apontaram um baixo índice de permanência no programa. Além disso, a dificuldade em identificar períodos de beneficiamento ininterruptos nos estimulou a identificar os indícios de tal continuidade por meio dos ciclos paralímpicos no período (2005-2008, 2009-2012, 2013-2016). Assim, optou-se por identificar se fatores como a idade, o sexo, o local de nascimento, a bolsa inicial recebida pelo atleta, poderiam impactar em sua permanência ou progressão entre as categorias. Nessa divisão, o ciclo paralímpico 2009-2012 foi o de maior número de atletas beneficiados ininterruptamente, 373. Os ciclos 2005-2008 e 2013-2016 apresentaram 118 e 329 atletas, respectivamente.

As análises realizadas por meio da regressão linear múltipla apontaram a relevância do valor do financiamento e das categorias de bolsa sobre a permanência no esporte competitivo e sobre a possibilidade de melhoria nos resultados esportivos, para os atletas inseridos no programa.

Em relação aos atletas beneficiados ininterruptamente durante o ciclo paralímpico 2005-2008, os pressupostos da regressão linear múltipla foram garantidos na medida em que se comprovou a independência dos resíduos (Durbin-Watson=1.91), a ausência de multicolinearidade (VIF entre 1 e 1.09) e a ausência de outlier (estatísticas do resíduo entre -1.74 e +2.39). Já a distribuição normal dos resíduos, a homocedasticidade e a linearidade entre as variáveis foram garantidas através da análise gráfica.

Através do método de entrada de dados stepwise, a análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [F(2, 115)=99.64 p<0.01; R²=.634]. Para esse grupo, o valor total do financiamento (B=.81; t=13.73 p<0.01) e a bolsa inicial do atleta (B=-.42; t=-7.11 p<0.01) foram preditores da permanência do atleta no esporte de elite, no ciclo paralímpico correspondente. Não foi identificada relação significativa entre as variáveis sexo, a idade mínima que o atleta começou a receber a bolsa e local de nascimento do atleta.

Em relação ao grupo de atletas beneficiados ininterruptamente durante o ciclo paralímpico 2009-2012, os pressupostos da regressão linear múltipla foram garantidos na medida em que se comprovou a independência dos resíduos (Durbin-Watson=2.16), a ausência de multicolinearidade (VIF entre 1 e 1.23) e a ausência de outlier (estatísticas do resíduo entre -2.24 e +2.61). Já a distribuição normal dos resíduos, a homocedasticidade e a linearidade entre as variáveis foram garantidas através da análise gráfica. O método de entrada de dados stepwise também apontou um modelo estatisticamente significativo [F(2, 370)=155.06 p<0.01;

R²=.453].

Semelhante ao identificado pelo grupo do ciclo anterior, para os atletas beneficiados no ciclo 2009-2013, o financiamento (B=.75; t=17.57 p<0.01) e a bolsa inicial do atleta (B=-.28; t=-6.73 p<0.01) foram preditores da permanência do atleta no esporte de elite no ciclo paralímpico correspondente. As variáveis sexo, idade mínima que o atleta começou a receber a bolsa e o local de nascimento do atleta também não apresentaram relação significativa.

Para o terceiro grupo, referente ao ciclo paralímpico 2013-2016, a análise pelo método de entrada de dados stepwise também resultou em um modelo estatisticamente significativo [F(3, 304)=131.11 p<0.01; R²=.564]. Para esse grupo, além do financiamento (B=.83; t=19.27 p<0.01) e da bolsa inicial do atleta (B=-.29; t=-6.47 p<0.01), a idade mínima que o atleta começou a receber a bolsa (B=.13; t=3.34; p<0.01) apontou-se como um indicador da permanência do atleta no esporte de elite.

Os pressupostos da regressão linear múltipla foram garantidos na medida em que se comprovou a independência dos resíduos (Durbin-Watson=1.88), a ausência de multicolinearidade (VIF entre 1 e 1.28) e a ausência de outlier (estatísticas do resíduo entre -2.21 e +3.00). Já a distribuição normal dos resíduos, a homocedasticidade e a linearidade entre as variáveis foram garantidas através da análise gráfica. As variáveis sexo e local de nascimento do atleta não foram preditores da permanência do atleta no esporte de elite.

4. Discussão

4.1 Passo 01 – Caracterização dos atletas paralímpicos do programa bolsa atleta no período de 2005 a 2016

Como mencionado, o Programa Bolsa-Atleta surgiu com o objetivo de possibilitar condições para que atletas brasileiros mantenham e melhorem os níveis competitivos (Brasil, 2004). Além disso, outra justificativa para sua implementação como política de esporte era a compreensão de que o subsídio oferecido pelo Estado poderia ampliar a participação dos jovens no esporte competitivo brasileiro (Brasil, 2001).

O programa possui uma ordem de progressividade, pré-determinada pela sequência de competições que um atleta pode passar ao longo de sua carreira esportiva. Essa ordem compreende a evolução ou progressão de um atleta escolar ou do esporte de base, perpassando por competições nacionais e internacionais até chegar aos Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos. Alguns estudos acerca das etapas de transição no esporte apresentam exatamente

essa sequência, embora assumam que diversos outros fatores, como a facilidade e a qualidade de acesso ao esporte, influenciem diretamente no desenvolvimento e na maturação esportiva (Stambulova & Wylleman, 2014; Wylleman et al., 2004)

Como pode ser observado pelos dados, os valores percentuais a respeito do número de benefícios concedidos nas categorias iniciais, em especial na categoria Bolsa Base tem sido baixo desde sua implementação. Não apenas a partir de um panorama geral do programa, como também no que se refere a esportes olímpicos específicos como handebol (Camargo, 2016), judô (Dias et al., 2016) e rúgbi (Moraes E Silva et al., 2015). No caso dos atletas paralímpicos, esses valores foram acentuadamente menores.

Os resultados sugerem que, no esporte paralímpico, as categorias de bolsas Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica não são diretas e proporcionalmente alimentadas pelas categorias de bolsas que alimentam a base e a formação esportiva (Base e Estudantil). Além disso, fatores como a elevada média de idade dos atletas beneficiados (32 anos) e a baixa adesão às categorias de formação direcionaram nossa atenção para a compreensão do comportamento dos atletas dentro de cada esporte, em relação ao tempo de permanência. Isso nos possibilitou identificar uma peculiaridade do esporte paralímpico brasileiro: diversos atletas participaram de dois ou mais esportes no período. Esses dados sugerem que o Bolsa-Atleta tem atuado como uma política de incentivo a retenção de atletas no esporte competitivo. Tal retenção pode ter estimulado o processo de “reciclagem” de atletas (Green, 2005), possibilitando que diversos esportes sejam alimentados por atletas já inseridos no programa por outros esportes, em anos anteriores.

Dessa forma, como ocorre em outros países com esportes popularmente menos conhecidos e que não possuem uma ampla base de participação que dê suporte a formação de atletas de alto rendimento, o esporte paralímpico brasileiro se apropriou da ‘reciclagem’ de atletas entre alguns esportes. Isso possibilitou, especialmente ao Atletismo, a Natação e ao Goalball, a utilização de atletas já atuantes em outros esportes, com características e aptidões físicas equivalentes, para composição dos elencos de suas equipes esportivas.

No esporte paralímpico brasileiro, esse processo de reciclagem parece estar associado ao processo de formação e inclusão de jovens no esporte. Em estudo realizado por Cardoso (2016), alguns atletas relataram que, durante o seu processo de inserção no esporte adaptado, era comum o envolvimento com diferentes esportes e a participação em diferentes competições esportivas.

O envolvimento com mais de um esporte poderia estar associado não apenas às estratégias de inserção dos atletas no universo esportivo, como também ao uso das atividades

esportivas no processo de reinserção social da pessoa com deficiência. Culturalmente, as associações que atendem à pessoa com deficiência, no Brasil, utilizam diversas atividades esportivas em suas estratégias de inclusão e reinserção destas pessoas na sociedade (Cardoso, 2016; Oliveira, 2018; Reis, 2014). Assim, pelo processo de inclusão social proporcionado pelas atividades esportivas, os atletas tendem a se familiarizar com diversos esportes, facilitando sua adaptação nesse intercâmbio.

Além dessa, outra característica identificada foi a baixa apropriação das categorias de formação do Programa. Uma das razões para tal inexpressividade poderia ser a característica de formação esportiva dos atletas com deficiência no Brasil. Diferentemente do que ocorre com o esporte olímpico, em que a formação esportiva se dá por meio dos clubes, no movimento paralímpico, a formação e a detecção de talentos estão associadas aos programas desenvolvidos em escolas e associações que atendem a pessoa com deficiência (Reis, 2014). A peculiaridade desse processo de formação esportiva poderia influenciar na redução do número de jovens atletas inseridos na categoria Bolsa Base, já que ainda jovens esses atletas estariam vinculados aos clubes de suas associações.

Se por um lado foi identificado um baixo índice de permanência dos atletas nas categorias de formação do programa, por outro lado notou-se o elevado número de jovens atletas, ainda em idade de especialização esportiva, que nunca chegaram a ser beneficiados pelas categorias de base e formação, recebendo diretamente pelas categorias principais. 32,71% dos atletas inseridos no programa (1.163) ingressaram com idade entre 14 e 20 anos e foram beneficiados diretamente pelas categorias Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica. A explicação para esse fenômeno poderia estar no fato de que, no Brasil, existe uma lacuna no que diz respeito às políticas de incentivo ao esporte direcionadas especificamente ao esporte adaptado. Na ausência de tais ações, o movimento paralímpico tende a desenvolver ações vinculadas ao esporte de rendimento, onde é possível adquirir recursos que supram as necessidades dessas instituições (Reis, 2014).

Grande parcela das associações que atendem à pessoa com deficiência possui como foco primário crianças e jovens matriculadas no ensino básico. Todavia, devido ao fato de essas instituições estarem diretamente vinculadas ao financiamento proveniente do esporte de rendimento, esses jovens acabam se tornando, desde cedo, competidores nos eventos promovidos por suas associações. Em diversos casos, eles tendem a representar tais instituições em competições à nível nacional e internacional. Essa inserção precoce no universo do esporte competitivo, justificaria o elevado número de jovens atletas nas categorias Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica. A regra do Programa para a obtenção da bolsa é o

resultado esportivo em uma determinada competição, não a idade.

4.2 Passo 02 – Análise dos preditores da permanência dos atletas no Programa Bolsa Atleta nos ciclos olímpicos.

Além da baixa adesão e do baixo percentual de permanência no Programa, a progressão nos resultados esportivos também foi superficial entre as categorias Base e Estudantil. Entre todas as categorias, os atletas com os maiores índices percentuais de permanência no programa foram os que, em algum momento, receberam financiamento na categoria Bolsa Olímpica/Paralímpica. Independentemente da categoria em que o atleta ingressou no programa, 83.91% dos que permaneceram pelo período de um ciclo paralímpico (4 anos) e 43.10% dos que permaneceram por dois ciclos (8 anos) foram, em algum momento, beneficiados pela Bolsa Olímpica/Paralímpica.

Especialmente entre os grupos de atletas dos ciclos 2005-2008 e 2009-2012, identificou-se que receber bolsas nas categorias Base e Estudantil impacta negativamente no tempo em que o atleta permaneceu no Programa. Para esses atletas, os dados apontaram que quanto menor a bolsa recebida pelo atleta, menor o período de permanência no Programa.

Para o grupo de atletas do ciclo paralímpico 2013-2016, a idade foi um indicador que impactou no tempo de permanência no Programa desde que associada as categorias de bolsa Nacional ou Internacional. Para esse grupo, os atletas que se inseriram diretamente pelas categorias Nacional ou Internacional tiveram maiores chances de permanecer no esporte competitivo, obtendo resultados em competições internacionais e integrando a delegação paralímpica.

Em outras palavras, em todos os ciclos paralímpicos, os dados apontaram para a relação entre os valores do financiamento, a permanência e a melhoria dos resultados no esporte paralímpico brasileiro. Isso se alinha com as produções científicas que indicam o financiamento ao atleta como um dos fatores facilitadores e condicionantes para obtenção do sucesso na carreira esportiva (De Bosscher et al., 2015; Stambulova & Wylleman, 2014). Devido à conexão entre financiamento e sucesso esportivo, tem sido observado um processo de convergência no desenvolvimento de políticas para o esporte ao redor mundo. Diversos países têm se mobilizado na criação de políticas de financiamento direto aos atletas. Todavia, em nenhum deles os investimentos estatais realizados parecem ser suficientes para que os atletas se dediquem exclusivamente a preparação esportiva (Houlihan & Green, 2008).

Os dados referentes ao Programa Bolsa-Atleta, no contexto paralímpico, reforçaram

essa assertiva. Os atletas beneficiados pelas categorias de formação, que possuem os menores valores de financiamento (\$ 1,200/ano), tiveram além de maiores dificuldades em permanecer no Programa, as menores taxas de progressão esportiva. O financiamento da categoria Nacional (\$ 3,000/ano), por sua vez, permitiu que os Atletas beneficiados por ela apresentassem os melhores índices de permanência. Todavia, no que diz respeito à progressão para as demais categorias, tal financiamento parece não ter sido suficiente para estimular o desenvolvimento esportivo dos atletas.

Os maiores índices de progressão estiveram associados aos atletas financiados pela categoria Internacional, na qual receberam um financiamento de \$ 6,000 anuais. Todavia, em todo o período, o número de beneficiados nessa categoria foi de 3,23% (n=115). Em geral, os atletas beneficiados pela categoria Olímpica/Paralímpica e que receberam as bolsas de maiores valores, \$10,000 anuais, foram os que obtiveram os maiores índices de permanência. Contudo, considerando todos os atletas inseridos no Programa, apenas 8.8% conseguiram progredir para a Bolsa Olímpica/Paralímpica (279 atletas).

Os dados asseguram a relevância do financiamento quando observados os percentuais da categoria Bolsa Olímpica/Paralímpica em sua capacidade de estimular a manutenção dos atletas no esporte de elite. 93,68% dos atletas que, em algum momento, foram financiados pela categoria Bolsa Olímpica/Paralímpica permaneceram no Programa por pelo menos 3 anos. 88,51% dos atletas na mesma situação permaneceram por 4 anos.

A importância do valor da renda dos atletas, na busca pelo sucesso esportivo tem sido abordada por diversos estudos. Contudo, pode ser confirmada especialmente no estudo de De Bosscher et al. (2015), desenvolvido em 15 países e que envolveu os principais atletas desses países. Na análise realizada com os 16 melhores atletas de cada país, os autores identificaram que 51.8% deles recebiam mais de \$12,000 anuais. Nesse mesmo grupo, considerando apenas aqueles que se dedicavam integralmente aos treinamentos, esse percentual foi maior, foi de 68.1%. Segundo os autores, os atletas com renda inferior a \$12,000 anuais confirmaram a necessidade de receber um valor significativamente maior e que, na maioria das vezes, essa diferença tende a sair de atividades paralelas desenvolvidas por eles, o que poderia influenciar negativamente sua dedicação de tempo ao esporte.

No contexto brasileiro, a questão relativa à renda proporcionada pelo Programa pode ser melhor observada no estudo realizado por Camargo (2020), em que atletas beneficiados pelo Bolsa-A atleta confirmaram, por meio de entrevistas, que os atuais valores disponibilizados pela política de financiamento do Governo Federal, principalmente nas categorias iniciais e na categoria de bolsa nacional, estão aquém das necessidades demandadas pela prática esportiva

de rendimento. No estudo em questão, os atletas confirmaram que devido aos atuais valores, não há a possibilidade de uma dedicação exclusiva aos treinamentos e competições, impossibilitando a melhoria dos resultados e o alcance dos mais altos níveis de performance esportiva.

Os assuntos relacionados à renda dos atletas demandam atenção antes mesmo da profissionalização esportiva do atleta, já que o esporte está geralmente associado ao sucesso financeiro. Sobretudo devido à grande cobertura midiática, o desejo de se tornar um atleta, obter ascensão profissional e ser bem-sucedido ainda é comum. Todavia, a relação entre profissionalização esportiva e o sucesso financeiro não é tão clara e parece ser bastante distante. Além das reduzidas oportunidades de acesso ao esporte de elite, os valores salariais dos atletas variam amplamente. Assim, os altos salários acabam sendo reservados para uma elevada minoria de atletas (De Bosscher et al., 2015; Malina, 2010).

Os dados apresentados nesse estudo, além de ratificar as questões relacionadas às reduzidas oportunidades de acesso ao esporte de elite, certificam a má interpretação referente às possibilidades de obtenção de altos salários no esporte, sobretudo no esporte paralímpico. Isso pode ser observado principalmente nos valores financeiros das categorias de bolsas do Programa Bolsa-Atleta. A categoria com o maior número de atletas e responsável pelo beneficiamento dos que competem pelos diversos esportes e regiões do país, a Bolsa Nacional, investe anualmente apenas \$3,000 em cada atleta. Embora abranja o maior número de atletas no Programa, tal categoria sequer garante aos atletas os valores mínimos necessários para se viver no Brasil. Isso porque, em 2016, o valor salarial anual necessário para se viver no Brasil, considerando a inflação e o custo médio de vida no país, foi \$14.215,12 (DIEESE, 2020). Esse dado sugere que devido aos valores de financiamento oferecidos, o objetivo proposto pelo Programa – possibilitar condições para que atletas brasileiros mantenham e melhorem os níveis competitivos (Brasil, 2004) – estaria distante de ser cumprido.

Os estudos desenvolvidos sobre o tema não deixam dúvidas sobre a importância da renda do atleta na busca pelo sucesso esportivo (Coutinho et al., 2016; De Bosscher et al., 2015; Malina, 2010; Stambulova & Wylleman, 2014; Truyens et al., 2013). Isso reflete na efetividade das políticas desenvolvidas pelos Governos no processo de intervenção no esporte de elite, já que o papel do financiamento é extremamente amplo e sua necessidade de aplicação abrange todo o processo de formação esportiva. Além da aquisição de materiais esportivos, a necessidade de financiamento está relacionada às questões como o transporte e o deslocamento dos atletas, bem como uma ampla gama de suporte técnico necessário para melhorar o desempenho esportivo, como técnicos, médicos, fisioterapeutas e psicólogos (Malina, 2010;

Stambulova & Wylleman, 2014).

Além disso, há um consenso nos estudos sobre o tema, em relação à importância do financiamento para a formação educacional dos atletas e sua preparação para o mundo do trabalho fora do esporte. Isso porque o tempo de permanência no esporte profissional é considerado curto, demandando uma formação técnica que possibilite a inserção do atleta no mercado de trabalho pós-carreira esportiva (Aquilina, 2013; De Bosscher et al., 2015; Houlihan & Green, 2008; Malina, 2010; Stambulova & Wylleman, 2014).

No contexto do esporte paralímpico, essas questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho tendem a ser mais polarizadas. Em geral, as ofertas de emprego para as pessoas com deficiência são inferiores as ofertadas para as pessoas sem deficiência. Isso está relacionado com as barreiras que a pessoa com deficiência sofre para obter uma vaga de emprego (a discriminação, os preconceitos, os estereótipos e os equívocos de capacidade) (Gottlieb et al., 2010). Essa peculiaridade reforça a importância e a necessidade do financiamento aos atletas, especialmente aos paralímpicos, possibilitando sua preparação para as atividades pós-carreira.

5. Considerações Finais

Essa pesquisa se debruçou sobre dados que apresentam um panorama de como se configura o esporte paralímpico brasileiro, em especial em relação aos atletas que financiados pelo governo federal do Brasil. Traçou-se como objetivo discutir se o financiamento através do Programa Bolsa-Atleta influencia na manutenção ou na melhoria dos resultados esportivos dos atletas paralímpicos inseridos no Programa, e identificar se fatores como o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade em que ele começou a receber bolsa e o local de nascimento são preditores da permanência do atleta no Programa.

Para responder ao objetivo de estudo, esta investigação foi desenvolvida em dois passos. O primeiro buscou caracterizar a distribuição de bolsas entre os atletas paralímpicos brasileiros e apresentar as características de duração e de progressão do benefício dos atletas nas categorias de bolsas. No segundo passo, verificou-se o financiamento, o sexo, a bolsa inicial do atleta, a idade de inserção no Programa e o local de nascimento seriam preditores da permanência do atleta no programa

No âmbito da caracterização, os dados sobre as categorias de bolsas Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica apontaram que o alto rendimento, no esporte paralímpico, não é diretamente alimentado por atletas que estiveram inseridos nas categorias de base e formação do Programa Bolsa-Atleta (Base e Estudantil). Observou-se que os atletas que se

inseriram pelas categorias de formação (Base e Estudantil) apresentaram um alto índice de evasão do Programa e, possivelmente, do esporte competitivo. Embora o abandono do esporte possa estar associado à diversas razões, incluindo a não obtenção ou manutenção do resultado esportivo, o que condiciona o atleta a receber o benefício, estudos vão apontar a demanda financeira como um dos principais motivadores para o abandono do esporte competitivo ou a não obtenção de resultados esportivos (Coakley, 2002, 2011; Thomas, 2017). Isso se acentua no Brasil, se observamos que, como apontado por Reis (2014), o financiamento propiciado pelo Programa Bolsa-Atleta é a principal fonte de renda dos atletas paralímpicos no Brasil. Logo, o não recebimento do benefício tende a incapacitar os atletas a darem continuidade no esporte competitivo. Além disso, observou-se que diversos atletas participaram de dois ou mais esportes no período, sugerindo que o Bolsa-Atleta possa estar atuando como uma política de incentivo à retenção de atletas no esporte competitivo. Fato esse que também pode ser confirmado em estudo realizado por (Camargo, 2020) que aponta uma forte crítica ao Programa devido aos valores atualmente direcionados para o financiamento dos atletas.

A análise dos possíveis preditores da permanência dos atletas no esporte competitivo reafirmou a relação entre o resultado esportivo e o financiamento possibilitado pelo Programa. Mais especificamente, a relação entre o sucesso e o valor pago aos atletas. Os dados apontaram que essa relação ocorre já nos iniciais de recebimento do benefício. Assim como observado no estudo de De Bosscher et al (2015), os dados acerca dos atletas paralímpicos no Brasil ratificaram que quanto maior o financiamento recebido, maior a possibilidade de obtenção de resultado no esporte. Isso está associado ao fato de que quanto maior a renda, maior a possibilidade de o atleta ter disponibilidade de tempo para treinar e competir.

Os dados desse estudo trazem reflexões acerca do Programa Bolsa-Atleta e a capacidade de ele possibilitar não apenas a retenção do atleta no esporte competitivo, como também de viabilizar a melhoria dos resultados e sucesso no esporte. No sentido prático direcionado à gestão, os achados desse estudo corroboram os de outros estudos, como o de Camargo (2020), que ratificam a necessidade de monitoramento e avaliação da política de financiamento ao atleta no Brasil, na busca pela atualização dos valores investidos nos atletas, uma vez que ficou evidente a insuficiência dos valores pago, de modo a impossibilitar que os atletas se dediquem com exclusividade aos treinamentos e competições, o que, por consequência, impossibilita a melhoria dos resultados esportivos.

Sugere-se, por fim, o desenvolvimento de outros estudos que aprofundem o uso de instrumentos como questionários ou entrevistas com grupos específicos como o de atletas paralímpicos. Instrumentos dessa natureza podem permitir a identificação de outros dados e

características desses atletas. Eles poderiam ainda possibilitar ou facilitar a compreensão de algumas características observadas, como as questões relacionadas à baixa adesão nas categorias de base e formação, bem como à migração de atletas paralímpicos entre os esportes, por meio da percepção do contexto social desses atletas. Para além disso, sugere-se também a realização de estudos comparativos com outros países (China, Reino Unido, etc.) que permitam identificar características, similaridades ou divergências que permeiam o universo das políticas para o esporte, em especial o esporte paralímpico.

Referências

Almeida, B. S., & Marchi Júnior, W. (2012). A relação Governo Federal e Comitê Olímpico Brasileiro sob análise da lei 10.264/2001 (Agnelo-Piva) no período de 2005 a 2008. *Pensar a Prática*, 15(3), 575–595. <https://doi.org/10.5216/rpp.v15i3.15238>

Almeida, B. S., & Marchi Júnior, W. (2011). Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 33(1), 163–179.

Aquilina, D. (2013). A study of the relationship between elite athletes' educational development and sporting performance. *International Journal of the History of Sport*, 30(4), 374–392. <https://doi.org/10.1080/09523367.2013.765723>

Brasil. Ministério do Esporte. (2016a). *90% dos atletas paralímpicos contam com Bolsa Atleta*. <http://www.brasil.gov.br/esporte/2016/08/90-dos-atletas-paralimpicos-contam-com-bolsa-atleta>

Brasil. Ministério do Esporte. (2016b). *Bolsa Atleta contemplou 98% dos medalhistas paralímpicos*. <http://www.brasil.gov.br/esporte/2016/09/bolsa-atleta-contemplou-98-dos-medalhistas-paralimpicos-1>

Brasil. (2001). Diário da Câmara dos Deputados. *Câmara Dos Deputados*, 1(41), 674.

Brasil. (2003). Diário da Câmara dos Deputados. *Câmara Dos Deputados*, 37, 882.

Brasil. (2004). Lei no 10.891, de 09 de julho de 2004. In *Institui o Bolsa-Atleta*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10891-9-julho-2004-532976-publicacaooriginal-15545-pl.html>.

Brasil. (2010). *Exposição de Motivos Nº 00023/2010*, Medida Provisória nº 502, de 20 de Setembro de 2010. (2010). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Exm/EM23-MF-MP-ME-Mpv-502-10.htm

Brasil. (2016). *Maior programa de patrocínio individual do mundo*. <http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/bolsa-atleta>

Camargo, P. R. de. (2016). *O desenvolvimento do handebol brasileiro a partir das políticas públicas do governo federal: da iniciação ao alto rendimento*. Dissertação (Mestrado Em Educação Física) - UFPR.

Camargo, P. R. de. (2020). *O programa Bolsa-Atleta: desenvolvimento da performance esportiva e política de Welfare State*. Tese (Doutorado Em Educação Física) - Universidade Federal Do Paraná.

Cardoso, V. D. (2016). *O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil*. Tese (Doutorado Em Educação Física) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 217.

Coakley, J. (2002). Using sports to control deviance and violence among youths: Let's be critical and cautious. *Paradoxes of Youth and Sport.*, July, 13–30. <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psyh&AN=2002-01547-001&site=ehost-live>

Coakley, J. (2011). Youth Sports. *Journal of Sport and Social Issues*, 35(3), 306–324. <https://doi.org/10.1177/0193723511417311>

Corrêa, A. J. (2016). *A Autonomia da vontade das Confederações esportivas no programa Bolsa-Atleta: análise da Legislação e suas relações*. Dissertação (Mestrado Em Educação Física). Universidade Federal Do Paraná, 145.

Corrêa, A. J., Moraes e Silva, M., Mezzadri, F. M., & Cavichioli, F. R. (2014). Financiamento Do Esporte Olímpico De Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial Do Programa “Bolsa-Atleta” (2005-2011). *Pensar a Prática*, 17(4). <https://doi.org/10.5216/rpp.v17i4.29057>

Coutinho, P., Mesquita, I., & Fonseca, A. M. (2016). Talent development in sport: A critical review of pathways to expert performance. *International Journal of Sports Science & Coaching*, 11(2), 279–293. <https://doi.org/10.1177/1747954116637499>

De Bosscher, V. (2016). A mixed methods approach to compare elite sport policies of nations. A critical reflection on the use of composite indicators in the SPLISS study. *Sport in Society*, 0437(May), 1–25. <https://doi.org/10.1080/17430437.2016.1179729>

De Bosscher, V., De Knop, P., Van Bottenburg, M., & Shibli, S. (2006). A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. *European Sport Management Quarterly*, 6(2), 185–215. <https://doi.org/10.1080/16184740600955087>

De Bosscher, V., Shibli, S., Westerbeek, H., & Bottenburg, M. van. (2015). *Successful elite sport policies: An international comparison of the Sports Policy factors Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations*. Meyer & Meyer Sport.

Dias, Y. R., Moraes e Silva, M., Figuerôa, K. M., Rojo, J. R., & Mezzadri, F. M. (2016). O panorama do Judô no programa “ Bolsa-Atleta ”: uma análise entre os anos de 2011 a 2013. *Motrivivência*, 82–98.

DIEESE. (2020). *Salário mínimo nominal e necessário*. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Furtado, S. (2017). *As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015*. Dissertação (Mestrado Em Educação Física) - Universidade Federal Do Paraná.

Godoy, L. (2013). *O Sistema Nacional de Esporto no Brasil: revelações e possíveis delineamentos*. Tese (Doutorado Em Educação Física) - UFPR, 165.

Gottlieb, A., Myhill, W., & Blanck, P. (2010). Employment of People with Disabilities. In J. Stone & M. Blouin (Eds.), *International Encyclopedia of Rehabilitation*.

Green, B. C. (2005). Building Sport Programs to Optimize Athlete Recruitment, Retention, and Transition: Toward a Normative Theory of Sport Development. *Journal of Sport Management*, 19(3), 233–253. <https://doi.org/10.1123/jsm.19.3.233>

Grix, J., & Carmichael, F. (2012). Why do governments invest in elite sport? A polemic. *International Journal of Sport Policy*, 4(1), 73–90. <https://doi.org/10.1080/19406940.2011.627358>

Houlihan, B. (1997). *Sport, Policy and Politics: A comparative analysis*. Routledge.

Houlihan, B. (2012). Sport policy convergence: a framework for analysis. *European Sport Management Quarterly*, 12(2), 111–135. <https://doi.org/10.1080/16184742.2012.669390>

Houlihan, B., & Green, M. (2008). *Comparative Elite Sport Development: systems, structures and public policy*. Butterworth-Heinemann.

Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva. (2020). *Banco de Dados* (F. M. Mezzadri (ed.)). IE-UFPR/Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento. Recuperado de <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site>.

Malina, R. M. (2010). Early sport specialization: Roots, effectiveness, risks. *Current Sports Medicine Reports*, 9(6), 364–371. <https://doi.org/10.1249/JSR.0b013e3181fe3166>

Moraes E Silva, M., Mezzadri, F. M., De Souza, D. L., & De Souza, P. M. (2015). O financiamento público do rugby Brasileiro: A relação do Governo Federal e Confederação Brasileira de Rugby (CBRU). *Revista Da Educacao Fisica*, 26(2), 213–222. <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i2.24586>

Moreira, H., & Caleffe, L. G. (2006). *Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador*. DP&A.

Oliveira, A. P. V. de. (2018). “*O que os olhos não veem, o coração sente*”: a percepção de atletas com deficiência visual sobre como eles são retratados pela mídia. Dissertação (Mestrado Em Educação Física) - Universidade Federal Do Paraná.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. UAB/NTE/UFSM. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Reis, R. E. (2014). *Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro*. Dissertação (Mestrado Em Educação Física) - Universidade Federal Do Paraná.

Reis, R. E., Moraes e Silva, M., & Mezzadri, F. M. (2017). As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. *Corpoconsciência*, 21, 58–69.

Souza, L. G. de. (2009). Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. EDUFBA.

Stambulova, N., & Wylleman, P. (2014). Athletes' career development and transitions. In *Routledge Companion to Sport and Exercise Psychology: Global perspectives and fundamental concepts* (pp. 603–618). Routledge.

Starepravo, F. A. (2011). *Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. Tese (Doutorado Em Educação Física) Universidade Federal Do Paraná, 422.

Starepravo, F. A., Mezzadri, F. M., & Marchi Júnior, W. (2015). Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. *Rev Bras Educ Fís Esporte*, 29(2), 217–228. <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000200217>

Thomas, G. (2017). *Making Sacrifices for the Game: a Case Study of Pre-Elite Athletes*. Dissertação (Gestão Do Esporte) - Lincoln University.

Truyens, J., De Bosscher, V., & Knop, P. De. (2013). Are Performances at Young Age a Good Predictor of Later Success? The Development of a Youth Elite Sport Index. *16th EASM Conference 2008*.

Wylleman, P., Alfermann, D., & Lavallee, D. (2004). Career transitions in sport: European perspectives. *Psychology of Sport and Exercise*, 5(1), 7–20. [https://doi.org/10.1016/S1469-0292\(02\)00049-3](https://doi.org/10.1016/S1469-0292(02)00049-3).

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Philippe Rocha de Camargo – 25%.

Thiago de Oliveira Santos – 16.6%

Amanda Velasco de Oliveira – 16.6%

André Marsiglia Quaranta – 16.6%

Fernando Marinho Mezzadri – 25%